

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Governança Global, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais

1.0 Dados de identificação	
1.1. Nome do Curso: Curso de Especialização em Governança Global, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais	
1.2. Área de Concentração: Ciências Sociais, Comunicação e Informação	
1.3. Parecer Resolução:	1.4. Centro: Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
1.4. Unidade Executora: CCS/SATE-UECE/UAB	1.6. Coordenador Geral: Francisca Rejane Bezerra Andrade
1.7. Instituição Promotora: UECE/CESA	1.8. Instituição Financiadora: CAPES
1.9. Local de Realização: Polos de Apoio Presencial e Internet	1.10. Secretaria do Curso: SATE/EAD
1.11. Período de Realização: 18 meses (previsão: 08/2025 a 02/2027)	1.12. Funcionamento: Curso a distância, com momentos presenciais previstos às sextas-feiras à noite e sábado em tempo integral (Atividades a Distância, Encontros presenciais e Provas Presenciais).

2.0	Justificativa
	<p>A intensificação dos processos de internacionalização das economias capitalistas contribuiu para o processo de globalização, que se manifesta pela integração dos mercados financeiros mundiais e pelo aumento singular do comércio internacional. Dentre as principais características da globalização, destacamos a presença de empresas transnacionais, as quais mobilizam um grande fluxo de capitais e apresentam lógicas autônomas em relação às decisões dos Estados nacionais. Portanto, o processo de globalização, ao passo que gera a redução do compromisso das empresas transnacionais com os países que sediam suas atividades, favorece a elevação da competitividade entre as empresas nacionais.</p> <p>As alterações na lógica da produção global, além de impactarem a macroeconomia, também afetam a esfera individual ao modificar padrões e valores anteriormente sedimentados, ocasionando um sentimento de insegurança subjacente à preocupação dos cidadãos com as mudanças no mercado de trabalho mundial. Apesar de serem de caráter global, essas mudanças delinearão o entendimento que cada sociedade tem sobre o que é integração social ou, em outras palavras, sobre como cada sociedade vê a ordem social. Consequentemente, as modificações ocorridas no interior das cadeias produtivas globais remodelam de modo decisivo a forma como os países e os agentes econômicos relacionam-se entre si, apropriam-se da riqueza e modificam o mapa da produção mundial, a demanda de trabalho e a força relativa dos diversos grupos de trabalhadores.</p> <p>As tendências desse cenário global favoreceram o avanço do discurso que defende a redução das dimensões do Estado-nação, que tem perdido gradativamente o seu poder, fragilizando as condições existentes das políticas sociais. A limitação das competências desse Estado-nação contribui para a emergência e a consolidação da governança que, segundo Rosenau (2000)¹, pode ser compreendida como: “[...] um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam</p>

¹ ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

suas necessidades e respondam às suas demandas”. (Rosenau, 2000, p. 15-16). Portanto, diante desse novo contexto mundial, torna-se primordial a construção de um Estado transparente e participativo que favoreça o controle social das políticas públicas.

Em face ao exposto, apresentamos este curso de especialização, que propõe um diálogo importante e necessário sobre governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais, partindo da seguinte reflexão: torna-se necessário um esforço político mundial para a consolidação de uma ordem global que promova o desenvolvimento sustentável. E, perante esse desafio, enfatiza-se a importância da participação das Comunidades Tradicionais, visto que contribuem para a preservação de seus territórios e a manutenção da biodiversidade.

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (Brasil, 2007).

Segundo o estudo de Garnett et al. (2018)², as populações indígenas e tradicionais têm um papel global relevante na conservação e uso sustentável da biodiversidade. No caso das populações indígenas, eles contribuem para o manejo e a conservação de pelo menos 25% da superfície terrestre, onde se encontram 35% dos ecossistemas mais protegidos do planeta, e 35% das áreas protegidas. Além disso, uma parte significativa da agrobiodiversidade, plantas e animais domesticados e semidomesticados, é cuidada e mantida nessas comunidades.

E sobre a biodiversidade, consideramos relevante destacar que “os cientistas que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local”. (Diegues et al., 2000, pág. 09)³.

O Curso de Especialização em Governança Global, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais tem o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e especialização de profissionais com formação superior em qualquer área do conhecimento, que atuam na área ou estão interessados na temática. Tal aperfeiçoamento ocorrerá mediante uma concepção crítica do conhecimento, proporcionando embasamento teórico e metodológico, por meio da integração de saberes, tendo como foco a qualificação desses profissionais, considerando a relevância do tema do curso e as demandas de especialização científica nessa seara.

Ampliar a realização de pesquisas que forneçam contribuições para a análise dos territórios tradicionalmente ocupados no Brasil, bem como para a formulação de políticas públicas que fortaleçam o papel e garantam a contribuição positiva desses territórios para a sustentabilidade, é também um dos objetivos do Curso de Especialização em Governança Global, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais.

Finalmente, tenciona-se fortalecer o compromisso dos participantes com a manutenção da biodiversidade e o respeito aos conhecimentos e práticas tradicionais através do diálogo sobre a governança global e as potencialidades dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a aquisição de conhecimentos científicos advindos do trabalho de conteúdos e metodologias educacionais específicas, expondo a teoria e a prática de forma indissociável, possibilitando-lhes a aquisição de saberes necessários para uma atuação qualificada na área.

3.0	Objetivos / Metas / Propósitos
<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar especialistas competentes para atuarem na área de governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais. <p>Objetivos Específicos:</p>	

² GARNETT, S. T. et. al. A spatial overview of the global importance of indigenous lands for conservation. **Nature Sustainability**, v. 1, p. 369-374, 2018.

³ Diegues, A. C. (Org.) **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- Qualificar especialistas na área de governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais, que estejam aptos para atender às demandas governamentais, empresariais, das organizações não-governamentais e das comunidades tradicionais;
- Promover o desenvolvimento de pesquisas com base na realidade dos povos e comunidades tradicionais - contemplando as práticas sociais, a história, os saberes e as linguagens desses povos - em articulação com os debates sobre governança global e desenvolvimento sustentável;
- Instrumentalizar os especialistas em governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais para que fortaleçam a articulação técnica, social e política entre os representantes de instituições públicas e privadas e das comunidades tradicionais;
- Incentivar o debate e a reflexão crítica sobre governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais sob a perspectiva da gestão territorial sustentável;
- Favorecer o conhecimento e a experimentação de modelos interventivos de análise dos territórios tradicionalmente ocupados no Brasil e a formulação de políticas públicas que promovam o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural das comunidades tradicionais.

4.0 Aspectos Técnicos		
4.1. Curso	4.1.1. Carga Horária	4.1.2. Vagas
Modular (X) Contínuo ()	450 horas/aula 360 horas/aulas teórico-práticas 90 horas/aula Monografia	40 por Polo
4.2 Modalidade do Curso		
Temporário (X) Permanente ()		

4.2	Caracterização da Clientela
	<p>O curso destina-se a profissionais graduados nas diversas áreas do conhecimento de qualquer instituição reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação e, especialmente, a profissionais indígenas, quilombolas e sujeitos oriundos de outros contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais.</p> <p>O Especialista egresso do curso deverá ser um profissional preparado para atuar na área de governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais, estando responsável por formular políticas e implementar programas que agregam o desenvolvimento econômico sustentável, a preservação da biodiversidade e a equidade social. Portanto, suas ações abrangem a análise de práticas existentes e a proposição de estratégias inovadoras que integram a gestão territorial sustentável sob a perspectiva da preservação da biodiversidade, da responsabilidade social e comunitária, da conscientização e educação da comunidade e das organizações por meio de formações continuadas, da identificação de práticas sustentáveis e da promoção de uma cultura de responsabilidade ambiental. Portanto, o especialista deve ser capaz de trabalhar através de diferentes tipos de saberes para colaborar com governos, ONGs e demais setores da sociedade, influenciando nas políticas públicas, propondo legislação ambiental e participando de iniciativas de desenvolvimento sustentável em larga escala.</p>

4.3	Cronograma
4.3.1	Geral
Submissão da proposta	
Divulgação dos resultados	

4.3.2	Disciplina / Créditos / Período	Carga Horária (em h)
	Disciplina	
	1. Introdução a Educação a Distância	15
	Ciclo 1 – Conhecer para intervir	-

2.	História dos Povos e Comunidades Tradicionais	30
3.	Diversidade Cultural e Interculturalidade	30
4.	Governança Global, Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	30
5.	Metodologia da Pesquisa Científica	45
Ciclo 2 – Conhecer para transformar		-
6.	Justiça Social e Interculturalidade no Brasil	30
7.	Direitos Territoriais, Comunidades Tradicionais e Biodiversidade no Brasil	30
8.	Políticas Públicas Ambientais, Povos Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável	30
9.	Atelier de Produção Textual e Escrita Acadêmica	30
Ciclo 3 – Conhecer para mobilizar		-
10.	Território, Desenvolvimento Sustentável e Pescadores Tradicionais e Ribeirinhos	30
11.	Territórios do Bem Viver e Biointeração dos Povos Indígenas e Quilombolas	30
12.	Territorialidade, Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural dos Povos de Terreiros e Ciganos	30
Ciclo 4 – Conhecer para Coletivizar		
13.	Monografia	90
Carga Horária Total		450 h/a

4.4	Inscrição
A inscrição será feita pela internet (site www.sate.uece.br) em período previamente estabelecido e amplamente divulgado.	

4.5	Metodologia
<p>O Curso de Especialização em governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais será ofertado na modalidade a distância, com periodicidade modulada de acordo com a demanda aprovada pela CAPES/UAB.</p> <p>Os princípios pedagógicos do curso privilegiem a participação, a construção do conhecimento, a autonomia de aprendizagem, a interdisciplinaridade, a contextualização e indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Nessa perspectiva, a construção de conhecimentos no curso de especialização em governança global, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais dar-se-á considerando o diálogo permanente entre os saberes científicos e tradicionais. Com isso, faz-se transparecer o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a valorização dos saberes dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, tencionamos que esses princípios pedagógicos consolidem a proposta de um projeto inovador ofertado na modalidade a distância.</p> <p>Para tanto, o curso apresenta um desenho de matriz curricular composto por 4 (quatro) Ciclos de Aprendizagem que dialogam entre si: O Ciclo 1 – Conhecer para Intervir, objetiva consolidar conhecimentos teóricos fundantes para que os participantes tenham uma formação científica, crítica, propositiva e interventiva sobre o objeto do curso; O Ciclo 2 – Conhecer para Transformar, aproxima os cursistas do contexto de construção do conceito de <i>povos e comunidades tradicionais</i>, bem como dos direitos desses cidadãos no Brasil e em âmbito internacional, mantendo um diálogo com os temas da governança global e do desenvolvimento sustentável; O Ciclo 3 – Conhecer para Mobilizar, tenciona aproximar os alunos dos <i>territórios dos povos e comunidades tradicionais</i>, favorecendo a relação entre os saberes apreendidos ao longo do curso e os saberes dos povos e comunidades tradicionais durante a atividade (pesquisa) de campo; O Ciclo 4 – Conhecer para Coletivizar, favorece que o cursista socialize os seus conhecimentos - sob orientação de um professor - através da escrita, defesa e publicação (socialização) de sua monografia de especialização.</p> <p>Diante do exposto, a EaD oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. A SATE/UAB/UECE é uma instituição que estimula uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem</p>	

irá atuar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor).

A proposta da UAB/UECE para a oferta de cursos na modalidade de educação a distância busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo de espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual. Isso nos leva a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância e a criação de um modelo de oferta que, na literatura internacional, se denomina *blended learning* que se pode traduzir como cursos híbridos.

Neste sentido, adotamos o modelo andragógico de aprendizagem, que se refere a uma educação centrada no aprendiz, para pessoas de todas as idades. Segundo Knowles (1970), esse modelo está fundamentado em quatro premissas básicas para os aprendizes, todas ligadas à capacidade, necessidade e desejo de eles mesmos assumirem a responsabilidade pela aprendizagem, que são:

1. O posicionamento muda da dependência para a independência ou autodirecionamento.
2. As pessoas acumulam um reservatório de experiências que pode ser usado como base sobre a qual será construída a aprendizagem.
3. Sua prontidão para aprender torna-se cada vez mais associada com as tarefas de desenvolvimento de papéis sociais.
4. Suas perspectivas de tempo e de currículo mudam do adiamento para o imediatismo da aplicação do que é aprendido e de uma aprendizagem centrada em assuntos para outra, focada no desempenho. (DEAQUINO, 2007, p. 11-12)

Logo, acreditamos que a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem é compartilhada entre professor/tutor e aluno, criando um alinhamento que busca a independência e responsabilidade por aquilo que julgam ser importante aprender.

No projeto UAB/UECE as estratégias de interação se dão a partir de alguns pressupostos apontados na literatura da área, e estão claramente definidas no que tange a relação professores, alunos e conteúdos, considerando que esse triângulo didático pode se articular a partir de várias dimensões, quais sejam:

- **Alunos/Professor/Tutor:** a interação aluno/professor/tutor ocorre tanto presencial como a distância. Cada disciplina do curso prevê um conjunto de encontros presenciais que contam com a mediação de professores/tutores, que se deslocam aos Polos de apoio presencial e realizam encontros com a turma de alunos, para esclarecer conceitos, dirimir dúvidas, aprofundar aspectos relevantes da disciplina, atender de forma personalizada demandas específicas de cada aluno. Os professores/tutores também participam das interações on-line síncronas e assíncronas estabelecidas no AVA Moodle.
- **Aluno/Aluno:** com uso da interface disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, os alunos se comunicam usando o Fórum de Interação, e-mail e outras ferramentas. Neste tipo de interação é importante destacar os aspectos colaborativo e cooperativo que os alunos conseguem estabelecer, diminuindo a sensação de isolamento do estudo a distância. Segundo Mattar (2009)⁴, “essa interação também desenvolve o sendo crítico e a capacidade de trabalhar em equipe e, muitas vezes, cria a sensação de pertencer a uma comunidade.”
- **Aluno/Conteúdo:** esta interação se dá através da disponibilização do livro texto básico produzido especificamente para a disciplina e colocado no AVA Moodle em formato pdf para acesso pelos alunos, bem como distribuído em modo impresso. Para apoiar o estudo individualizado dos conteúdos, os alunos ainda contam com interações realizadas pelo Tutor a distância, que se utiliza do Ambiente Virtual de Aprendizagem com recursos síncronos e assíncronos para responder aos alunos no que tange ao domínio cognitivo da disciplina e o Tutor presencial, que se encontra no Polo municipal e que atende de forma presencial e permanente os alunos. A relação aluno/contéudo pode também ser mediada pelos Coordenadores do Curso e de Tutoria de forma presencial ou a distância.
- **Aluno/Interface:** é um tipo de interação que ocorre entre o aluno e a tecnologia, uma vez que esta é a mediadora das possibilidades de interação deste com o conteúdo, o professor, os Tutores e outros alunos. Assim, é imprescindível que o design instrucional do curso leve em consideração estratégias que facilitem a aquisição das

⁴ MATTAR, João. Interatividade e aprendizagem. In LITTO, F. M. e FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: PEARSON Prentice Hall e ABED. 2009

habilidades necessárias para participar adequadamente do curso, e para tanto, a atenção as interfaces homem-máquina na preparação e disponibilização das ferramentas de EAD é fundamental.

- **Interação Interpessoal:** inclui as reflexões do aluno sobre o conteúdo e o próprio processo de aprendizado. Esse tipo de interação parte do pressuposto de que o aluno adulto tem seu senso crítico desenvolvido, o que permite que ele examine de uma perspectiva fora do seu ponto de vista, a sua evolução e desenvolvimento ao longo do curso. Ele também deve ser capaz de pronunciar enunciados críticos sobre si mesmo, sem aceitar de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias.

As metodologias adotadas apresentam graus de interatividade distintos, em que os espectros do espaço e do tempo podem intensificar-se graças a pervasividade e ao baixo custo das tecnologias interativas.

O processo de ensino-aprendizagem se fundará nos seguintes atores:

- **Estudante:** que deverá ser, prioritariamente, um professor do ensino fundamental ou médio inquieto em busca de sua educação continuada e que vê na flexibilidade de espaços, distâncias e horários de estudo um grande atrativo para seu novo conhecimento;
- **Professores conteudistas:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- **Professores formadores:** responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das disciplinas do curso;
- **Professores pesquisadores:** ligados aos programas de Pós-graduação da UECE, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- **Tutores (presenciais e a distância):** licenciados em Pedagogia, ou áreas afins do curso oferecido, com pós-graduação, atuando no Polo de Apoio Presencial ou na Instituição. Eles têm a função de ministrar as atividades presenciais, acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um Coordenador de Tutoria, função ocupada por um professor do curso de Pedagogia.
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático

Os fundamentos filosóficos, epistemológicos e axiológicos que orientam a produção dos materiais didáticos visam uma ampla integração da teoria e prática permitindo o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, levando-se em conta os conceitos de autonomia, investigação, trabalho cooperativo, estrutura dialógica, interatividade e capacidade crítica dos educadores e educandos.

A educação a distância apresenta características específicas, rompendo com a concepção da presencialidade no processo de ensino-aprendizagem. Para a EAD, o ato pedagógico não é mais centrado na figura do professor, e não parte mais do pressuposto de que a aprendizagem só acontece a partir de uma aula realizada com a presença deste e do aluno.

Sua concepção se fundamenta no fato de que o processo de ensino-aprendizagem pode ser visto como a busca de “uma aprendizagem autônoma, independente, em que o usuário se converte em sujeito de sua própria aprendizagem e centro de todo o sistema” (RIANO, 1997, p. 21).⁵ Isso naturalmente vai contribuir para formação de cidadãos ativos e críticos que procuram soluções e participam de maneira criativa nos processos sociais. Ou seja, a EAD, pelos próprios mecanismos pedagógicos adotados, favorece a formação de cidadãos mais engajados socialmente, conscientes de sua autonomia intelectual e capazes de se posicionar criticamente diante das mais diversas situações.

As ações de EAD são norteadas por alguns princípios, entre eles:

- Flexibilidade, permitindo mudanças durante o processo, não só para os professores, mas também, para os alunos.
- Contextualização, satisfazendo com rapidez demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades.
- Diversificação, gerando atividades e materiais que permitam diversas formas de aprendizagem.
- Abertura, permitindo que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma (LEITE, 1998, p. 38).⁶

⁵ RIANO, M. B. R. La evaluación em Educación a distância In **Revista Brasileira de Educação a distância**. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas Avançadas. Ano IV, N° 20 1997. p. 19-35.

⁶ LEITE, L. S., VIEIRA, M. L. S e SAMPAIO, M. N. Atividades não presenciais: preparando o aluno para a autonomia In **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT. Ano XXVI. N° 141. Abr/Mai/Jun/1997. p. 36-40.

Para um bom desempenho e maior eficiência nas atividades de aprendizagem é importante adotar algumas rotinas e procedimentos como:

- Ler os livros-textos, refletindo acerca dos conceitos, ideias e exemplos apresentados pelos autores, procurando identificar os conceitos mais relevantes e as ideias-chaves que o(s) autor(es) apresentam.
- Registrar todas as dúvidas. Algumas dessas dúvidas podem ser esclarecidas no decorrer da leitura do texto, mas outras persistem e precisam de orientações externas para seu esclarecimento. O serviço de Tutoria presencial e a distância está a disposição para ajudar no que for necessário e o aluno não se sentir desamparado no processo de construção do conhecimento. No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que o aluno tem acesso mediante *login* e senha, existem materiais de apoio como textos complementares, biblioteca, links e outros recursos que podem ajudar a dirimir dúvidas.
- Responder a todas as atividades que se encontram em cada seção ou tópico do livro-texto. Elas foram elaboradas para fixar melhor os conteúdos. Um dos fundamentos que orientam a produção de material didático em EAD é possibilitar uma maior interação do aluno com o texto. Para isso, ele é permeado por questionamentos e indagações que procuram construir um diálogo entre o leitor e o autor, levando o primeiro a estabelecer uma linha de raciocínio que vai sendo reforçada a cada reflexão levantada. A ideia é que o aluno vá conversando com o texto, concordando, discordando, pesquisando, argumentando e fortalecendo seu processo de construção do conhecimento.
- Formar grupo de estudos e discutir os conteúdos das disciplinas. A interação com outros colegas permite reflexões, troca de experiências e, conseqüentemente, facilita a aprendizagem.
- Visitar rotineiramente o AVA, pois lá encontrará as mais diversas informações e se manterá atualizado(a) sobre todas as atividades. Um dos pilares que assegura a permanência do aluno num curso de EAD é a frequência com que ele visita os ambientes virtuais que são disponibilizados. Ele não só encontrará informações atualizadas sobre o curso, mas se sentirá integrado à rede de profissionais que são responsáveis pela execução do curso. Com a internet e as ferramentas criadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, o aluno poderá estabelecer contato por e-mail ou por redes sociais com outros colegas e interessados no tema, e sentir parte de uma verdadeira comunidade de aprendizagem.
- Verificar sempre a caixa de entrada de *e-mail*, pois será um importante canal de comunicação.

A utilização de mídias variadas parte do pressuposto de que o aluno aproveita da melhor forma os recursos aos quais ele estiver mais familiarizado ou tenha mais interesse. Ademais, fomentar a convergência e o diálogo entre as mídias no processo de aquisição de ensino-aprendizagem amplia as possibilidades de estímulo pedagógico e reforça a aquisição do conhecimento.

Disponibilizaremos os seguintes recursos didáticos: materiais impressos, videoaulas, ambiente Virtual de Aprendizagem (moodle), videoconferências, quadro branco eletrônico e encontros presenciais ministrados por tutores supervisionados por Professores Formadores.

A proposta de estruturação do material impresso tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o professor a construir juntos, o conhecimento. Esta abordagem significa ir além do domínio de técnicas, afinal, o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir receitas, guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação.

É importante que os materiais didáticos estejam integrados. Os autores de livros devem relacionar o conteúdo impresso com o ambiente *online* e com a temática das videoconferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

Num projeto que se caracteriza como formativo e comprometido com o processo de ensino/aprendizagem, o meio impresso assume a função de base do sistema de multimeios. Não porque seja “o mais importante” ou porque os demais sejam prescindíveis, mas porque ele é o único elemento de comunicação fisicamente palpável e permanente, no sentido de pertencer ao seu usuário, mantendo-se à sua disposição onde, quando e quanto ele quiser.

O material impresso é um dos mais relevantes interlocutores nesse processo. Pela natureza de sua linguagem, o impresso não “invade” o sujeito. Bem ao contrário, é o sujeito que deve “invadi-lo”, explorá-lo, desvendá-lo – a seu modo, segundo seu ritmo, de acordo com seus interesses e necessidades. Somente deste modo haverá uma

apropriação consciente da programação, respeitadas as personalidades e diferenças individuais de cada sujeito.

No tocante às videoaulas, diversos autores, inclusive, Ferres (1996)⁷ defendem que o uso do vídeo como recurso pedagógico se justifica à medida que quanto mais sentidos mobilizamos durante uma exposição, melhor é a porcentagem de retenção mnemônica.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado na UECE é o Moodle. Trata-se de um sistema de gerenciamento de cursos online de código aberto, cujo desenho está baseado na adoção de uma pedagogia socioconstrucionista, que busca promover colaboração, atividades individuais e compartilhadas, reflexão crítica, autonomia, entre outros aspectos. Ele oferece um ambiente seguro e flexível, permitindo-se adaptá-lo às necessidades de qualquer curso a distância ou daqueles que, mesmo sendo presenciais, desejem utilizar um AVA como recurso adicional. O Moodle disponibiliza variados recursos que serão empregados no processo de educação a distância, tais como: *download* e *upload* de materiais diversos (texto, imagem, som), chats, fóruns, diários, tarefas, oficina de construção colaborativa (*wikis*), pesquisas de opinião e avaliação, questionários (permitem se criar exames *on-line*) etc. Além disso, possibilita a inclusão de novas funcionalidades disponíveis na forma de *plugins*, como por exemplo, sistema de e-mail interno.

O quadro branco eletrônico é uma ferramenta que possibilita transcender às limitações impostas pela interface de texto para a discussão e difusão de ideias entre participantes de um curso on line. Muitos assuntos e conceitos não podem ser compreendidos rapidamente por meio de texto escrito, por voz, ou até mesmo mediante gestos transmitidos por vídeo. Em situações presenciais, isto também acontece, sendo necessária a utilização de outros recursos.

Desenhando esquemas e/ou gráficos em papel ou em um quadro, é possível elucidar estes casos, proporcionando visualmente uma sequência lógica para o fluxo das informações que se quer transmitir. Nesse sentido, o quadro branco busca reproduzir esta situação com uma janela em branco, onde se pode escrever, desenhar, colar dados e imagens, cujo conteúdo é propagado para os demais participantes dispersos geograficamente.

O Decreto Nº 5.622/2005 em seu §1º do artigo 1º explicita que:

A educação a distância se organiza segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - avaliações de estudantes;

II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;

e

IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Todas as disciplinas possuem momentos presenciais e a distância, totalizando o percentual de 20% da carga horária presencial para cada disciplina e o restante da carga-horária ofertada de forma síncrona. Nos momentos à distância, o aluno interage diretamente pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem a partir de atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Gestão escolar.

Nos Encontros Presenciais, com carga horária média de 12 h por disciplina são realizadas discussões amplas sobre temáticas previamente estabelecidas, exposição de trabalhos, realização de oficinas e avaliações.

As atividades à distância deverão ser depositadas no ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema. Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atender aos requisitos mínimos estabelecidos, o professor indicará ao aluno literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo. O aluno deverá rever o trabalho ou se submeter a outra avaliação até o final da disciplina seguinte.

Dessa forma, A UECE poderá oferecer um saber atualizado, priorizando os conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando desenvolver, aprofundar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação, estimulando-os não só por meio de uma reflexão crítica, bem como através da capacidade de investigar e avaliar, sem perder de vista a realidade regional.

Tal estrutura metodológica é possível com o conjunto de ações que envolvem, pelo menos:

⁷ FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

- A estrutura organizativa, composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
- Comunicação multidirecional e com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.
- O trabalho cooperativo resultado da parceria entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante recebe o Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade e o calendário do semestre ou módulo.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes, administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que ele efetue sua formação profissional.

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos. Logo, a organização de estrutura física e acadêmica na UECE, deve contemplar:
- Equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Designação de Coordenador de Curso e Coordenador de Tutoria que se responsabilizem pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na UECE e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UECE.

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Comunicadores de mensagens instantâneas com recursos de VOIP;
- Sistema ADOBE Conect para realização de Webconferência;
- Chat (Sala de Bate-papo para comunicação via mensagens de texto);
- Linha telefônica;
- Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados: E-mail; Fórum; Envio de Atividades com Feedback; Blog (integrado ao AVA), dentre outros.

As turmas terão acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e serão orientadas pelos Tutores sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso

aos conceitos de historicidade, construção e diversidade. Os professores autores participarão de discussões coletivas com a equipe pedagógica do curso e especialistas no processo de concepção e produção de material didático para a EAD, para se definir os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, o design gráfico etc. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da Instituição. Caso não seja possível ou não se opte pela produção do material didático do curso ou de uma disciplina, o professor especialista da disciplina produzirá um Guia Didático para os estudantes.

4.6 Sistemática de Avaliação

A orientação e a avaliação em EaD são processos conjuntos e geminados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem. O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem. O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um orientador para cada 10 estudantes, que culminará na orientação de seu projeto de pesquisa visando o Trabalho Monográfico a ser apresentado ao final do curso.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber. Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e para a relação intersubjetiva, dialógica, professor-aluno, mediada por textos, é fundamental.

É de extrema relevância no processo de avaliação de aprendizagem a análise da capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas.

A avaliação do rendimento será feita por disciplina, por meio de provas presenciais online, exames, seminários, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina (presenciais e a distância). A avaliação será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero virgula zero) a 10,0 (dez virgula zero). Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

A nota dos alunos obedecerá a seguinte composição:

Prova Presencial: 50 %

Atividades à distância: 40%

Autoavaliação: 10%

Total da nota por disciplina: 100%

O curso também prevê a reprovação por falta de frequência, que impõe o conceito REF. Entretanto, o controle de frequência em cursos a distância distingue-se em essência daquele feito nos presenciais. Assim, na modalidade EAD/UECE, os programas de cada disciplina conterão as exigências de contatos e participações presenciais dos alunos e atividades a distância, os quais serão devidamente computados para efeito de integralização de 75% de frequência mínima exigida.

Monografia

O aluno deverá apresentar a monografia e defendê-la até um prazo máximo de três meses após a conclusão das disciplinas. O Professor Orientador de monografia deverá, preferencialmente, ser membro do corpo docente do Curso, mas poderá ser escolhido entre mestres e doutores da UECE ou de outras Instituições de Ensino. Nos dois últimos casos deverá haver processo de credenciamento do orientador pela Coordenação do Curso. A monografia será defendida perante uma banca examinadora constituída por três membros, presidida pelo Professor Orientador que é membro nato. Os demais membros deverão ser, preferencialmente, professores da UECE, com formação específica na área ou áreas afins, com titulação mínima de Mestre. O resultado final da avaliação da monografia será expresso através de um dos conceitos: S (satisfatório), N (não satisfatório).

O aluno que não obtiver aprovação em alguma disciplina poderá ser submetido a procedimentos de recuperação e/ou repercurso. É muito importante que, além da figura do orientador, alguém da equipe técnica de suporte do AVA monitore a participação do estudante no curso e produza relatórios quinzenais para o orientador ter um quadro de desempenho dos estudantes da turma sob sua responsabilidade.

4.7	Certificados
------------	---------------------

Para obtenção do título de especialista o aluno deverá:

1. Cumprir e ser aprovado em todas as disciplinas do curso;
2. Apresentar trabalho monográfico perante banca examinadora constituída pela Coordenação, na forma da legislação vigente, e obter conceito "Satisfatório".

5.0		Programa Curricular			
5.1		Disciplina e Corpo Docente			
Disciplina		C/H	Docente	Inst.Orig	Titul.
1.	Introdução a Educação à Distância	15			
2.	História dos Povos e Comunidades Tradicionais	30			
3.	Diversidade Cultural e Interculturalidade	30			
4.	Governança Global, Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	30			
5.	Metodologia da Pesquisa Científica	45			
6.	Justiça Social e Interculturalidade no Brasil	30			
7.	Direitos Territoriais, Comunidades Tradicionais e Biodiversidade no Brasil	30			
8.	Políticas Públicas Ambientais, Povos Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável	30			
9.	Atelier de Produção Textual e Escrita Acadêmica	30			
10.	Território, Desenvolvimento Sustentável e Pescadores Tradicionais e Ribeirinhos	30			
11.	Territórios do Bem Viver e Biointeração dos Povos Indígenas e Quilombolas	30			
12.	Territorialidade, Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural dos Povos de Terreiros e Ciganos	30			
13.	Monografia	90			

5.2		Ementas			
5.2.1. Introdução a Educação à Distância					
<p>A realidade da educação na sociedade da informação, educação e recursos tecnológicos, educação a distância, educação virtual e ambientes virtuais de aprendizagem. O ensino e a aprendizagem na modalidade EAD. A estrutura da Rede em EaD e as ferramentas de utilização através da tecnologia da informação. A orientação em EaD: utilização e produção de materiais didáticos.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i> VIDAL, Eloisa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à Educação a Distância. Fortaleza: RDS, 2010 LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Educação a distância: referências e trajetórias. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, Brasília: Plano Editora, 2001. MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A Nova mediação pedagógica. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p><i>Bibliografia complementar:</i> KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. São Paulo: Papyrus, 2003. LITWIN, Edith (Org.). Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001. TEDESCO, Juan Carlos. (org) Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.</p>					
5.2.2. História dos Povos e Comunidades Tradicionais					
<p>Discutir a constituição do conceito de povos e comunidades tradicionais, dialogando sobre suas especificidades e transformações. A importância do patrimônio material e imaterial. Traçar o percurso histórico desse conceito, os aspectos conceituais presentes no Decreto 6.040/2007 e as estratégias de visibilidade utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento do silenciamento. Dialogar sobre o processo de organização, a</p>					

visibilidade política e as garantias dos direitos individuais e coletivos dos povos e comunidades tradicionais ao longo das últimas décadas. Políticas públicas valorativas e ações afirmativas.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e Comunidades Tradicionais: Das Áreas Protegidas à Visibilidade Política de Grupos Sociais Portadores de Identidade Étnica e Coletiva. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 3, p. 115-134, jul.-set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a08.pdf>

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma territorialidade antropológica. **Série Antropologia**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>

ROCHA, Marcelo Cardona; FAVILLA, kátia Cristina. Doze anos de inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no cenário político do Estado brasileiro e na garantia de direitos individuais e coletivos. In: CERQUEIRA, Edmilton; SOUZA, Luiz Fernando M. de; MELO, Patrícia; SANTOS, Quêner C. dos; PIRES, Tauá Lourenço (Orgs.). **Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-40, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. 1 ed. Brasília, **INEP**, 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf

THUM, Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 162–179, 2017. <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>

5.2.3. Diversidade Cultural e Interculturalidade

Os conceitos fundamentais de cidadania, direito à cultura como cidadania cultural, diversidade cultural e cidadania planetária; Conceitos de multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade; Populações e culturas na contemporaneidade; A tolerância e a prática do diálogo como imperativos da construção de relações simétricas entre os povos e as nações; O papel da comunicação intercultural no contexto da interculturalidade; A valorização e existência do interculturalismo.

Bibliografia básica:

DOS SANTOS FERNANDES, J. G. Interculturalidade e Etnossaberes. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 39, 2016. DOI: 10.22456/1982-6524.62185. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/62185>

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. **Série- Estudos**, no.37, p.89-106. Jun. 2014.

NASCIMENTO, Ricardo C. C. do. Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 45-59, ago./dez. 2019.

_____. (Re)inventando o popular uma etnografia sobre os Cocos Urbanos na cidade de Fortaleza. v. 15 n. 23 (2023): **Tradições Populares nos "Brasis"**.

PEREIRA, Celia M. R. C. Diversidade cultural como um direito humano: desafio para a contemporaneidade. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 97-114, jan./jun., 2016.

PERUZZO, Pedro Pulzatto. Direitos Humanos, Povos Indígenas e Interculturalidade. **Revista Videre**, Dourados, MS, v. 8, n.15, jan./jun. 2016.

RAMOS, Kellyane Lisboa; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; FRANCO, Zilda Gláucia Elias. A interculturalidade crítica como alternativa para uma educação crítica e decolonial. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 54, p. e17339, 2020. DOI: 10.5585/eccos.n54.17339. Disponível em: <https://ununove.emnuvens.com.br/eccos/article/view/17339>

5.2.4. Governança Global, Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais

Governança global, territorialidade e as lutas territoriais dos povos e comunidades tradicionais. A governança ambiental, a complexidade e o caráter multiescalar dos problemas socioambientais e os desafios que demandam ações entre o Estado e a sociedade. As relações de poder que permeiam a governança ambiental em nível nacional e as iniciativas em nível internacional. A Constituição Federal de 1988, a Conferência da Rio-92 e o processo de criação de estruturas político-institucionais para viabilizar a implementação das políticas ambientais no Brasil. Novos arranjos de governança ambiental e o envolvimento de múltiplos atores sociais na criação de institucionalidades. Os processos de governança entre grupos culturalmente diferenciados, as áreas protegidas e as interferências na definição de novo território. O direito dos povos e comunidades tradicionais e a implementação da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais* e demais normas asseguradoras dos direitos desses Povos. A emergência de territórios tradicionais no Brasil, com ênfase para o Nordeste do Brasil e Ceará.

Bibliografia básica:

ADAMS, C.; BORGES, Z.; MORETTO, E. M.; FUTEMMA, C. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 81, 2020. DOI: 10.12660/cgpc.v25n81.81403. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/81403>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. **Coleção Tradição e ordenamento jurídico**, vol. 2. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 2.ª edição.

ALMEIDA, Mauro. e CUNHA, Manuela C. 2009. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cultura com aspas. São Paulo; Cosac Naify: 277-300

ARAGÃO, A. O Estado de Direito Ecológico no Antropoceno e os limites do Planeta, In: Dinnebier, FF, Leite, JRM (org.). **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**, São Paulo, Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017, p. 20-37.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

LASCHEFSKI, K. A. O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança global. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 107–161, 2023. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28409. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28409>

LASCHEFSKI, K. A.; ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a “questão territorial” e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 278–322, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1552>

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, nº 322. Brasília: UnB, 2002.

Mauad, A. C. E. Governança global: intersecções com paradiplomacia em meio à crise climática. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (78), 2014, p. 17–28. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/394>

OLIVEIRA, João P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João P. (Org.) **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED, 2004. 2ª edição.

5.2.5. Metodologia da Pesquisa Científica

Discutir e avaliar as características essenciais da ciência e de outras formas de conhecimento, as abordagens metodológicas, enfocando o planejamento, a apresentação de projetos e sua execução, bem como a elaboração de monografia, preparação de defesa, forma de apresentação e divulgação dos trabalhos de pesquisa embasados nas normas mais atuais existentes (ABNT). Desenvolvimento do Objeto de investigação. Argumentação e Redação científica. Tipos de Revisão da Literatura e estratégias para execução.

Bibliografia básica:

CRESWELL, John W; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. São Paulo: Penso Editora, 2021.

PEREIRA, Adriana Soares et al. Metodologia da pesquisa científica. 1. ed. – Santa Maria, RS:UFSM, NTE, 2018. 1 e-book.

SILVA, Airton Marques da. Metodologia da pesquisa. 2.ed. rev. Fortaleza, CE: EDUECE, 2015.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Manual prático de metodologia da pesquisa científica: noções básicas [livro eletrônico] - Marília: Unimar, 2023.

KAUARK, Fabiana et al. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

5.2.6. Justiça Social e Interculturalidade no Brasil

Contextualizar o cenário atual de crescimento de ataques aos direitos humanos e à democracia no Brasil, tendo como eixo analítico e político as categorias interculturalidade e justiça social. A agenda dos direitos humanos e as desigualdades. A garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. O direito à autoidentificação. Justiça social, políticas de direitos humanos e os povos e comunidades tradicionais no Brasil. Os efeitos do projeto de colonialidade.

Bibliografia básica:

GOMES, D. de O.; MADEIRA, M. Z. de A.; BRANDÃO, W. N. M. P. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. R. **Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317-326, maio/ago. 2020 ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>

MOREIRA, E.; PIMENTEL, M. O Direito à Autoidentificação de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 25, n. 2, p. 159–170, 2015. DOI: 10.18224/frag.v25i2.4177. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4177>. Acesso em: 4 jun. 2024.

NASCIMENTO, Ricardo C. C. do. Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 45-59, ago./dez. 2019.

_____. (Re)inventando o popular uma etnografia sobre os Cocos Urbanos na cidade de Fortaleza. v. 15 n. 23 (2023): **Tradições Populares nos "Brisis"**.

TURINE, J. A. V.; MACEDO, M. L. R. Direitos Humanos, Comunidades Tradicionais e Biodiversidade: desafios para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande - MS, v.3, n.2, p. 175 – 194, jul./dez., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21671/rdufms.v3i2.5313>

5.2.7. Direitos Territoriais, Comunidades Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Dialogar sobre os direitos constitucionais e a biodiversidade brasileira. Situar a implantação das áreas protegidas e a inclusão das comunidades tradicionais como grupos fundamentais à proteção e valorização da biodiversidade a partir dos marcos legais internacionais, particularmente dos decorrentes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Analisar documentos jurídicos internacionais e nacionais que abordam a proteção/existência das comunidades tradicionais, os direitos territoriais e a biodiversidade no Brasil. Debater sobre as comunidades tradicionais e a questão ambiental, partindo do entendimento de que a conservação da biodiversidade e sustentabilidade perpassa pela discussão do conhecimento tradicional e das formas de manejo dos recursos e organização de territórios.

Bibliografia básica:

Tambasco, J. R. F. Etnodireito ambiental: conceito de comunidades tradicionais. **Revista Da Defensoria Pública Da União**, (18), 2023, pp. 197-216. <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i18.p197-216>

Brasil. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. **Série Manual de Atuação**. Brasília, 2014, 121p.

Laschefski, K. A.; Zhouri, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o

novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 278–322, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1552>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Mota, J. G. B. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha-Dourados/MS. 2015. **Tese** (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

5.2.8. Políticas Públicas Ambientais, Povos Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável

A influência das políticas públicas na construção das identidades dos povos tradicionais; os principais Tratados Internacionais Ambientais e a importância para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais; políticas públicas ambientais, diversidade cultural, riqueza simbólica e a capacidade criativa dos povos tradicionais; o desenvolvimento sustentável em seus níveis econômico, social e ambiental; a construção do direito ao desenvolvimento sustentável, a importância das comunidades tradicionais para o desenvolvimento sustentável local e os princípios que fundamentam o desenvolvimento sustentável desses povos; a importância das políticas públicas para os Povos Tradicionais e sua inter-relação com o bem viver para a preservação da cultura, do patrimônio, dos saberes tradicionais e da biodiversidade.

Bibliografia básica:

VIANA, L.P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2008.

COSTA RIBEIRO, G. Atos de Estado e disputas de poder na execução da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais: Construções, desafios e limitações. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 64–79, 2023. DOI: 10.46551/issn2179-6807v29n1p64-79. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/6843>.

BENETTI LEITE, M.; MARTÍNEZ DE ANGUITA, P. CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS COM OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 106–121, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i1.46246. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/46246>.

NAVAS, R., Kanikadan, A. Y. S., SANTOS, K. M. P., & GARAVELLO, M. E. de P. E. (2014). POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NA MATA ATLÂNTICA. **REVISTA NERA**, (25), 147–161. 2014. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i25.2543>

5.2.9 Atelier de Produção Textual e Escrita Acadêmica

As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, resumo, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e constituição das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas.

Bibliografia básica:

ABREU, A. S. Curso de redação. São Paulo: Ática, 2004.

_____. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. _____. O texto e seu design. São Paulo: Ateliê, 2008.

BARRASS, R. Os cientistas precisam escrever. São Paulo: EDUSP, 1979. BRETON, P. A manipulação da palavra. São Paulo: Loyola, 1999.

CHARTIER, R. (Org.). Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Rosique, Daneil Goldin e Antoni Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CORTINA, A. O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo:

EDUNESP, 2000.

KOCK, I. G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. O texto e a construção dos sentidos. 6. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2003.

5.2.10. Território, Desenvolvimento Sustentável e Pescadores Tradicionais e Ribeirinhos

Esta disciplina visa proporcionar aos participantes uma compreensão crítica sobre as dinâmicas territoriais e os princípios do desenvolvimento sustentável, com um foco especial na realidade dos pescadores artesanais e ribeirinhos. Os alunos aprenderão sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos ambientais, econômicos e sociais, e serão introduzidos a indicadores de sustentabilidade. A disciplina abordará o conceito de território e a gestão específica das áreas costeiras e recursos marinhos, destacando a importância da territorialidade e identidade cultural das comunidades pesqueiras. Serão discutidos instrumentos de planejamento e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal, além de mecanismos de gestão participativa. Os desafios das mudanças climáticas, biodiversidade, uso de energia eólica, conservação e desigualdades socioeconômicas serão analisados, com estratégias de mitigação e adaptação para as comunidades pesqueiras. Ao final do curso, os participantes estarão aptos a atuar de forma crítica e propositiva, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida nas comunidades pesqueiras artesanais.

Bibliografia básica:

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BRASIL. **Lei nº11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília, DF, 2009.

CRUZ, Adylla Maia. **Direitos e deveres do pescador artesanal do Estado do Ceará**: manual de orientação para regularização da atividade pesqueira. Fortaleza: INESP, 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2), p. 361-376, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**: Novos Rumos para a Conservação da Natureza. 2004.

5.2.11. Territórios do Bem Viver e Biointeração dos Povos Indígenas e Quilombolas

Esta disciplina visa proporcionar aos participantes uma compreensão crítica sobre as dinâmicas territoriais e os princípios da biointeração, com um foco especial na realidade dos povos indígenas e quilombolas. Os alunos aprenderão sobre as dimensões da justiça ambiental, incluindo aspectos ambientais, de gênero, econômicos e sociais, e serão introduzidos a indicadores de bem viver. A disciplina abordará a denominação de território, destacando a importância da territorialidade e identidade cultural das comunidades indígenas e quilombolas. Serão discutidos instrumentos de planejamento e políticas públicas voltadas para o respeito a biointeração dos povos, além de mecanismos de gestão participativa como os protocolos de consultas. Os desafios dos efeitos das mudanças climáticas, biodiversidade, uso das energias renováveis, conservação e desigualdades socioeconômicas serão analisados, com estratégias de mitigação e adaptação para as comunidades indígenas e quilombolas. Ao final do curso, os participantes estarão aptos a atuar de forma crítica e propositiva, promovendo a justiça ambiental e a melhoria das condições de vida nas comunidades indígenas e quilombolas.

Bibliografia básica:

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa: Universidade de Brasília: Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer** / Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento**: quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, J. L. J.; OLIVEIRA, A. A. N.; JESUS, L. B. S. **Quilombo do Cumbe: Autodeterminação, Bem Viver e Biointeração**. In: Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 11, n.17, e172315, 2023. ISSN 2317-9457 | 2317-9465 - revistas.uneb.br/index.php/opara

COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. 2010. A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. **Anuário Antropológico I**. Brasília, DAN/UnB, 2010. p. 149-174. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7035>

SANTOS, G. V. dos. O movimento indígena contemporâneo e os conflitos no campo sob a ótica da Geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 323–359, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1520>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SANTOS, G. V. Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo. 2019, 209f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.

5.2.12. Territorialidade, Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural dos Povos de Terreiros e Ciganos

Esta disciplina visa proporcionar aos participantes uma compreensão crítica sobre as dinâmicas territoriais e os princípios do desenvolvimento sustentável, com um foco especial na realidade dos Povos de Terreiros e Ciganos. Os alunos aprenderão sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos ambientais, econômicos e culturais, e serão introduzidos a indicadores de sustentabilidade. A disciplina abordará o conceito de território, destacando a importância da territorialidade e identidade cultural dos povos de Terreiros e Ciganos. Os desafios das mudanças climáticas, biodiversidade, e desigualdades socioeconômicas serão analisados. Ao final do curso, os participantes estarão aptos a atuar de forma crítica e propositiva, tensionando a promoção de um desenvolvimento sustentável, respeitando as diferenças das culturas territoriais e dos povos, bem como a melhoria das condições de vida dos segmentos referenciados.

Bibliografia básica:

BÁ, A. Hampatebe. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982.

BARTH, F. "Grupos Étnicos e suas Fronteiras", In P. Poutignat. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo, Unesp, 1998.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1960.

BRAGA, **O jogo de búzios**: um estudo da adivinhação no Candomblé. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade etnia**. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUTLER, Judith. Vida Precária Contemporânea. **Dossiê Diferenças e (Des)Igualdade**. N.1 p. 13-33. Jan.-Jun. 2011.

CHINA, José B. De Oliveira. **Os Ciganos do Brasil**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.

MACHADO, Vanda. **Irê Ayó**: uma epistemologia afro-brasileira. Salvador: EDUFBA, 2019.

MORAIS, M. R. de; JAYME, J. G. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. **CIVITAS: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, 17(2), p. 268–283, 2017. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27020>

NOGUEIRA, Adeílson. **Ciganos**: a história de um povo. Clube de Autores, 2022.

QUEIROZ, Bartolomeu. **Ciganos**. GLocal Editora, 2004.

SERPA, Luis F. P. **Nova ciência ou nova igreja?** Ouro Preto: Escola de Minas, Imprensa universitária, 1981.

SILVA, I. P. da; PEREIRA, L. M. S. (2019). Povos de Terreiro, Direitos, Políticas Públicas e seus reflexos nas relações sociais. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 11(28), 223–241. 2019. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/654>

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás Deuses iorubas na África e no Novo Mundo**: Currpio, 1981.

5.2.13. Monografia

Trabalho final de curso considerado requisito parcial necessário para a obtenção do título de especialista em Governança Global, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais, o qual deverá ser apresentado diante de uma banca examinadora.

Bibliografia básica:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – Citações em documentos**. Norma 14724 Rio de Janeiro: ABNT, Out 2023.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – Referências – Elaboração** (NBR 6023). Rio de Janeiro: ABNT, ago 2023.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos - Apresentação** (NBR 10520). Rio de Janeiro: ABNT, ago 2023.

Docente e Link para o Currículo Lattes	
Eloisa Maia Vidal	https://lattes.cnpq.br/4257594561432768
Francisca Rejane Bezerra Andrade	https://lattes.cnpq.br/46930103075223883
Ângela Elizabeth F. de Assis	http://lattes.cnpq.br/2548371274974571
Márcia Maria Santos Souza Fernandes	http://lattes.cnpq.br/2364495950798401
João Luís Joventino do Nascimento	http://lattes.cnpq.br/5864098294580570
Ricardo César Carvalho Nascimento	https://lattes.cnpq.br/2830701345342172
Arilson dos Santos Gomes	http://lattes.cnpq.br/3827275201429039
Eduardo Rodrigues de Sousa Neto	http://lattes.cnpq.br/7421918654279971
Lidiane Ramos Lima	http://lattes.cnpq.br/8243950783993190
Iasmin da Costa Marinho	http://lattes.cnpq.br/9314994660443365
Jonatan Henrique Pinho Bonfim	http://lattes.cnpq.br/1605843167485008

6. ORÇAMENTO

Este curso foi estruturado para ser submetido à Chamada Pública do sistema UAB/CAPES, e se aprovado, terá seus custos financiados integralmente pela CAPES.